



## PARECER Nº 176/2024 – ASSEJUR/ICATU

**EMENTA:** PROCESSO Nº 232/2024 – PREGÃO ELETRÔNICO – 007/2024 – objetivando a formação de registro de preços para futura e eventual aquisição de produtos de higiene pessoal, visando atender as necessidades do município de Icatu-MA. MODALIDADE DE LICITAÇÃO ADEQUADA — PROCEDIMENTO REGULAR

### I – RELATÓRIO:

Trata-se de parecer jurídico final solicitado pela Comissão Permanente de Licitação. Concluída a sessão da dispensa eletrônica, o procedimento licitatório foi encaminhado a esta assessoria para emissão de parecer jurídico final verificando a possibilidade de sua homologação, sendo que, anterior a esta fase, em atendimento as disposições do artigo 53, parágrafo 1, inciso I e II da lei 14.133/2021 foi examinado e se aprovou a minuta do edital e contrato, bem como considerou regular o procedimento.

É o breve relatório.

### II – FUNDAMENTAÇÃO:

Cuida-se de parecer jurídico acerca do procedimento licitatório de nº 232/2024 do pregão eletrônico de nº 007/2024 que teve como finalidade selecionar a menor proposta para aquisição de produtos de higiene pessoal, visando atender as necessidades do município de Icatu-MA.

O instrumento convocatório com seus anexos está acompanhado do pertinente parecer jurídico desta assessoria, tendo sido publicado nos diários oficiais.

Em 18 de abril de 2024 foi realizada a abertura de sessão para recebimento das propostas, tendo sido classificadas, as empresas que ofertaram menor preço por item, conforme pode se observar nas fls de nº 277.

Ao final do prazo previsto no edital, foram encerradas as ofertas de lance e dando continuidade ao certame, o pregoeiro em análise aos lances ofertados pelas respectivas empresas credenciadas/habilitada, conforme ata de sessão juntada aos autos, declarou-se vencedora, a empresa JMJ COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA,



CNPJ 30.371.521/0001-16 pelo valor de R\$ 90.670,00 (noventa mil seiscentos e setenta mil reais).

Não houve interposição de recurso.

Após análise dos autos, conclui-se, portanto, que o presente processo licitatório está em ordem e dentro do que determina as leis de regência.

### III- DA CONCLUSÃO:

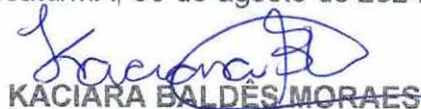
Diante do exposto, atestamos a regularidade jurídico formal do procedimento, que está apto a ser submetido à homologação da autoridade superior, tudo observadas as formalidades legais, prazo de lei e do Edital. Portanto, opinamos pela legalidade do certame, indicando pelo prosseguimento do feito, com a devida homologação e demais procedimentos legais.

Por derradeiro, resta evidenciar que a análise consignada neste parecer se ateu às questões jurídicas observadas na instrução processual e no instrumento Convocatório, com seus anexos, nos termos do artigo 53, parágrafo 1, inciso I e II da lei 14.133/2021. Portanto, não lhe competindo adentrar na análise da conveniência e oportunidade dos atos praticados pela Administração Pública.

Destarte, não se incluem no âmbito de análise deste Órgão Jurídico os elementos técnicos pertinentes ao certame, como aqueles de ordem financeira ou orçamentária.

É o parecer s.m.j

Icatu/MA, 08 de agosto de 2024.

  
KACIARA BALDES MORAES

(Assessora Jurídica)  
OAB/MA 10.270